



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

\_\_\_\_\_  
Chefes de Gabinete  
Secretário-Geral da PGR  
Diretores Regionais e equiparados  
Inspetores Regionais  
Institutos Públicos  
\_\_\_\_\_

Sua Referência

Sua Comunicação

Nossa Referência  
Circular/DROAP/2018/3

Data  
2018/01/12

**ASSUNTO: VALORIZAÇÕES REMUNERATÓRIAS - ARTIGO 18.º DA LEI N.º 114/2017, DE 29 DE DEZEMBRO (LOE2018)**

*Barrett*

Atendendo a que a Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2018 – doravante LOE2018 – artigo 18.º) veio permitir, a partir de 1 de janeiro de 2018, valorizações e acréscimos remuneratórios abrangendo todas as carreiras da Administração Pública, resultantes de alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão, bem como de promoções, nomeações ou graduações em categoria ou posto superiores aos detidos;

Tendo em conta que estas valorizações e acréscimos remuneratórios dependem do tempo de serviço e das avaliações de desempenho referido às funções exercidas durante o posicionamento remuneratório em que se encontra o trabalhador;

Considerando ainda a evolução legislativa que se tem registado ao nível da gestão dos recursos humanos, em termos de carreiras e remunerações dos trabalhadores da Administração Pública;

Em ordem a garantir uma desejável uniformização de procedimentos na interpretação e aplicação da lei por parte de todos os serviços e organismos da administração regional;

Obtida a homologação do Senhor Vice-Presidente do Governo Regional, esclareço que as entidades empregadoras publicas que compõem a administração regional devem verificar a situação dos seus trabalhadores com vínculo de emprego público, tendo em atenção o seguinte:

1- O âmbito subjetivo do 18.º da LOE 2018 é definido por referência ao n.º 9 do artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro – diploma que veio estabelecer os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão – pelo que as condições subjacentes às valorizações remuneratórias devem ser verificadas relativamente aos titulares dos cargos e demais pessoal identificado neste preceito que, sendo trabalhadores da administração regional com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, possam das mesmas beneficiar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

*bannt*

2- Pese embora o âmbito subjetivo do 18.º da LOE 2018 abranger os trabalhadores que exercem funções públicas em qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público (alínea p)), as avaliações de desempenho dos trabalhadores que se tenham encontrado vinculados por contrato de trabalho a termo resolutivo não relevam para os efeitos previstos naquele normativo, face ao disposto no n.º 6 do artigo 56.º e no n.º 2 do artigo 79.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – LGTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

3- As presentes orientações não são aplicáveis aos trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado integrados em carreiras, cargos ou categorias integradas em corpos especiais, em que a progressão e a mudança de posição remuneratória dependam do decurso de determinado período de prestação de serviço legalmente estabelecido para o efeito, os quais devem aguardar a realização do processo negocial tendente à definição da relevância do seu tempo de serviço e do modo para a sua concretização, tendo em conta a sustentabilidade e compatibilização com os recursos disponíveis (artigo 19.º da LOE 2018).

4- Só relevam para alteração obrigatória do posicionamento remuneratório em que o trabalhador se encontra, ao abrigo da alínea a) do artigo 18.º da LOE 2018, os pontos obtidos a partir da data da última alteração do seu posicionamento remuneratório na carreira/categoria em que se encontra (independentemente da razão da alteração, seja ela resultante da contagem do tempo de serviço ao abrigo do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho, de promoções ou de mudança de carreira).

5- A **contagem dos pontos**, para efeitos da avaliação de desempenho dos trabalhadores, deve ser realizada da seguinte forma:

5.1- Relativamente aos trabalhadores que não tenham sido avaliados – 1 ponto por cada ano não avaliado, ou menção qualitativa equivalente, nos casos em que este seja o tipo de menção aplicável, sem prejuízo do disposto no artigo 42.º do SIADAPRA ou de outro regime legal vigente à data (n.º 2 do artigo 18.º da LOE2018).

5.2 - Aos trabalhadores cujo desempenho tenha sido avaliado com base em sistemas de avaliação de desempenho sem diferenciação do mérito, como é o caso do sistema de avaliação regulado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 11/84/A, de 8 de março, que foi adotado para a classificação de serviço da generalidade dos trabalhadores da administração regional até 31 de dezembro de 2008 - 1 ponto por cada ano ou a menção qualitativa equivalente sem prejuízo de outro regime legal vigente à data, desde que garantida a diferenciação de desempenhos (n.º 3 do artigo 18.º da LOE2018);





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

*Barros*

5.3- Nas situações enunciadas anteriormente (5.1. e 5.2.), deve ser dado conhecimento formal ao trabalhador do número de pontos que lhe foi atribuído, com a discriminação anual e respetiva fundamentação, o qual querendo, poderá requerer a realização da sua avaliação por ponderação curricular nos termos previstos no sistema de avaliação de desempenho aplicável, sendo garantido o princípio da diferenciação de desempenhos dos trabalhadores avaliados nestes moldes (n.ºs 4 e 5 do artigo 18.º da LOE2018, n.º 3 do artigo 43.º e artigo 75.º do Decreto Legislativo Regional n.º 41/2008/A, de 7 de Agosto, na redação atual, introduzida pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/2015/A, de 23 de Dezembro, doravante referenciado como SIADAPRA, e artigo 5.º da Resolução do Conselho de Governo n.º 20/2010/A, de 10 de janeiro).

5.4- As avaliações enunciadas anteriormente (5.1. e 5.2. ou 5.3.) devem ser homologadas pelo dirigente máximo do serviço, devendo do mesmo ser dado conhecimento aos trabalhadores avaliados.

5.5- No período decorrido entre 1 de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2014 (n.º 6 do artigo 47.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro - LVCR), a avaliação dos trabalhadores que tenha sido realizada com base em sistemas de avaliação de desempenho com diferenciação do mérito, como é o caso do SIADAPRA e dos sistemas de avaliação ao mesmo adaptados, releva nos seguintes termos:

- Desempenho Excelente: 3 pontos;
- Desempenho relevante: 2 pontos;
- Desempenho adequado: 1 ponto;
- Desempenho inadequado: -1 ponto.

5.6- A partir de 1 de janeiro de 2015, a avaliação de desempenho dos trabalhadores da administração regional, com diferenciação do mérito, passou a decorrer num ciclo bienal (n.º 3 do artigo 9.º e artigo 41.º do SIADAPRA), relevando a avaliação do desempenho referido às funções exercidas durante o posicionamento remuneratório em que se encontra o trabalhador desde aquele termo inicial até 31 de dezembro de 2016, nas seguintes condições (n.º 6 do artigo 18.º da LOE 2018, n.º 7 do artigo 156.º da LGTFP):

- Desempenho Excelente: 6 pontos;
- Desempenho relevante: 4 pontos;
- Desempenho adequado: 2 pontos;
- Desempenho inadequado: -2 pontos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

*Barrett*

6- Há lugar à alteração obrigatória do posicionamento remuneratório do trabalhador quando este tenha acumulado 10 pontos na avaliação do seu desempenho referido às funções exercidas durante o posicionamento remuneratório em que se encontra (n.º 7 do artigo 156.º da LGTFP).

7- A avaliação de desempenho poderá dar lugar a uma ou mais valorizações remuneratórias - se obtidos 20 ou mais pontos.

8- Se as valorizações remuneratórias dos trabalhadores das carreiras revistas que se encontram reposicionados na nova carreira e categoria em posição virtual - de montante pecuniário idêntico ao que já vinham auferindo anteriormente - se traduzirem num acréscimo remuneratório inferior a 28,00€, deverão os mesmos ser posicionados na posição remuneratória seguinte, de acordo com a regra prevista no n.º 5 do artigo 104.º da LVCR, conjugado com o artigo 11.º da Portaria n.º 1553-C/2008 de 31 de dezembro.

9 - A Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, procedeu à integração das carreiras subsistentes e dos cargos, carreiras e categorias dos trabalhadores ainda não revistos, na tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553 -C/2008, de 31 de dezembro (n.º 2 do artigo 1.º e artigo 5.º), mas os trabalhadores integrados nestas carreiras não beneficiam da regra enunciada no ponto anterior, porque estas não foram sujeitas a processo de revisão, nos termos do artigo 104.º da LVCR.

10- A integração das carreiras subsistentes e não revistos na tabela remuneratória única foi realizada mediante a correspondência entre as remunerações resultantes do escalão e índice remuneratório do sistema retributivo ainda vigente para essas carreiras e categorias e os níveis remuneratórios daquela tabela, devendo as valorizações remuneratórias que no âmbito das mesmas possam ter lugar continuar a ter por referência os mesmos parâmetros.

11- As alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão produzem efeitos a 1 de janeiro de 2018, mas o seu pagamento será faseado nos seguintes termos (n.ºs 7 e 8 do artigo 18.º):

- Em 2018, 25% a 1 de janeiro e 50% a 1 de dezembro;
- Em 2019, 75% a 1 de maio e 100% a 1 de dezembro.

12- A data de produção de efeitos das promoções, nomeações ou graduações em categoria ou posto superiores aos detidos cuja concretização seja autorizada pelo senhor Vice-Presidente fica dependente da conclusão dos procedimentos legalmente necessários à efetivação destas valorizações remuneratórias.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

13- O valor dos suplementos remuneratórios calculados em percentagem de remuneração base mensal de trabalhador que reúna condições para beneficiar de valorização remuneratória deve ser atualizado em conformidade, e o seu pagamento ser faseado em moldes idênticos aos fixados para esta.

14- Destarte o n.º 9, e por remissão, os n.ºs 10 e 11.º do artigo 18.º da LOE 2018, se referirem ao presidente do órgão executivo, na Região as valorizações remuneratórias enunciadas no n.º 1 do artigo 18.º da LOE 2018 carecem de prévia autorização do senhor Vice-Presidente, considerando as competências que lhe estão cometidas nas áreas das finanças e da Administração Pública e o disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 49/2006/A, de 11 de dezembro e no artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho.

15- Uma vez realizada e ponderada a avaliação de desempenho dos trabalhadores dos serviços e organismos da administração regional, e concluindo-se que os mesmos reúnem condições para poderem beneficiar de uma ou mais valorizações remuneratórias, nos moldes enunciados anteriormente, o pedido de autorização para a sua concretização deve ser formalizado junto do membro do Governo Regional com poderes de tutela, e obtida a anuência deste, ser remetido pelo seu Gabinete à Vice-Presidência do Governo Regional, por intermédio desta direção regional, para efeitos de autorização do senhor Vice-Presidente.

Em face do exposto, e com o intuito de dar início à operacionalização destes procedimentos, solicito que envidem os necessários esforços no sentido de garantir que as entidades empregadoras públicas que compõem esse departamento ultimem os procedimentos a que se referem os pontos 5.1. a 5.6. da presente circular relativamente ao período que possa ser considerado relevante para efeitos de valorização remuneratória dos seus trabalhadores.

Solicito ainda a compilação desta informação no ficheiro anexo, individualizada por entidade empregadora pública e, no âmbito desta, por trabalhador, com a sua posterior devolução a esta direção regional pelos gabinetes dos departamentos regionais - através do endereço eletrónico [VPGR-DROAP@azores.gov.pt](mailto:VPGR-DROAP@azores.gov.pt) – com a brevidade que o assunto requiere.

Com os melhores cumprimentos,

O DIRETOR REGIONAL

Victor Jorge Ribeiro Santos